



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA
ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE
AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

1 Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezessete, realizou-se a 15ª Reunião
2 Extraordinária da Câmara Técnica Permanente de Agropecuária e Agroindústria, do Conselho Estadual
3 de Meio Ambiente, na sede da SEMA, situada na Av. Borges de Medeiros, 261, 14º andar – Sala de
4 reunião do gabinete, nesta Capital, com início às 14horas e com a presença dos seguintes
5 Conselheiros: Sra. Liana Barbizan, representante da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento
6 Sustentável (SEMA); Sr. Nadilson Ferreira, representante da Secretaria da Agricultura, Pecuária e
7 Irrigação (SEAPI); Sr. Ivo Lessa, representante da Sociedade de Engenharia (SERGS); Sra. Tânia
8 Cristina Campanhol Sette, representante da FIERGS; Sra. Valquíria Chaves, representante da
9 Secretaria de Minas e Energia (SME); Sr. Eduardo Condorelli, representante da FARSUL; Sra. Marion
10 Heinrich, representante da FAMURS; Sr. Cristiano Prass, representante da FEPAM; Sr. Alberto Becker,
11 representante de Secretaria de Segurança Pública (SSP); Sr. Guilherme Velten Junior, representante
12 da FETAG; Sr. Diogo de Cesaro, representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência
13 e Tecnologia. Participaram também: Sra. Luiza Chomenko/SEMA-DUC; Sr. Marcelo
14 Camardelli/FARSUL; Sr. Diego Melo Pereira/SEMA-DLF. Constatando a existência de quórum, o Sr.
15 Presidente, deu início a reunião às 14h14min. **Passou-se para o 1º item de pauta: Diretrizes**
16 **ambientais para a prática de atividade pastoril sustentável sobre remanescentes de vegetação**
17 **nativa campestre em Área de Preservação Permanente e de Reserva Legal no Bioma Pampa –**
18 **continuação do trabalho:** Sr. Eduardo Condorelli/FARSUL – Presidente: Informa que o desígnio da
19 reunião é para dar continuidade a discussão sobre as diretrizes ambientais para a prática de atividade
20 pastoril sustentável sobre remanescentes de vegetação nativa campestre em Área de Preservação
21 Permanente e de Reserva Legal no Bioma Pampa. Iniciou-se o trabalho analisando os pontos que
22 ficaram para debate futuro, iniciados na reunião passada, seguiu-se em análise a minuta sendo
23 debatidas e anotadas as sugestões de alterações, conforme minuta que segue anexo a esta ata
24 (anexo único). Manifestaram-se com contribuições, questionamentos e esclarecimentos, os seguintes
25 representantes: Eduardo/FARSUL, Ivo/SERGS, Diego/SEMA, Luiza/SEMA, Guilherme/FETAG,
26 Cristiano/FEPAM, Nadilson/SEAPI, Marion/FAMURS, Liana/SEMA. **Passou-se ao 2ª item da pauta:**
27 **Assuntos Gerais:** Não havendo nada mais a ser tratado encerrou-se a reunião às 16h36.

ANEXO ÚNICO

Item 1 de pauta: Minuta com anotações dos debates.

Resolução XX

Estabelece diretrizes ambientais para a prática da atividade pastoril sustentável sobre remanescentes de vegetação nativa campestre em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal no Bioma Pampa.

O **CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**, no uso de suas atribuições, que lhe conferem a Lei nº 10.330, de 27 de dezembro de 1.994,

Considerando que a Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA – é o órgão gestor do Sistema Estadual de Proteção Ambiental – SISEPRA, conforme a Lei nº 10.330, de 27 de dezembro de 1994, e alterações;

Considerando que a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, no inciso XVI do § 1º do art. 251 prevê a incumbência do Estado de valorizar e preservar o Pampa Gaúcho, sua cultura, patrimônio genético, diversidade de fauna e vegetação nativa, garantindo-se a denominação de origem;

Considerando a necessidade de regulamentar a incidência da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no Bioma Pampa, faces suas peculiaridades e sua realidade fitofisionômica, bem como regulamentar o uso sustentável e de baixo impacto destas áreas;

Considerando que cabe ao órgão competente do Sisnama aprovar os Planos de Manejo Sustentável referente à exploração econômica das áreas de Reserva Legal, conforme dispõe a Lei Federal 12.651/2012;

Considerando que compete ao órgão estadual competente do SISNAMA publicar, em ato específico, diretrizes ambientais para a prática da atividade pastoril sustentável sobre remanescentes de vegetação nativa campestre em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal no Bioma Pampa, conforme dispõe o Decreto Estadual 52.431/2015;

Considerando a existência de dispositivos específicos da Agricultura Familiar, em particular aqueles descritos na Lei Federal nº 12.651/2012, no Decreto Federal nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, e na Instrução Normativa 02/2014 do Ministério do Meio Ambiente;

Considerando a evolução da legislação ambiental com escopo de potencializar a concreção dos princípios consignados no ordenamento jurídico vigente referente ao desenvolvimento sustentável, com vista ao cumprimento das disposições da Lei Federal nº 12.651/2012;

Considerando que cabe ao Conselho Estadual de Meio Ambiente definir outras atividades de baixo impacto ambiental, conforme dispõe a Lei Federal 12.651/2012;

RESOLVE:

Art. 1º. Esta Resolução destina-se ao estabelecimento de diretrizes ambientais para a prática da atividade pastoril sustentável sobre remanescentes de vegetação nativa campestre em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal no Bioma Pampa.

§ 1º. É recomendável observar os seguintes princípios gerais para exercer a prática da atividade pastoril sustentável sobre remanescentes de vegetação nativa campestre em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal no Bioma Pampa:

- I. Na atividade pastoril, evitar o sobrepastejo e desajustes da capacidade de suporte por períodos prolongados.
- II. Para a atividade pastoril nas áreas campestres de RL e APP é recomendável observar os princípios do bem estar animal e das boas práticas de manejo com os animais e com as pastagens, tais como o ajuste de carga animal, o diferimento estratégico, a modulação da estrutura do pasto e o uso de subdivisões das áreas.

Art. 2º. Para os efeitos desta Resolução, entende-se por:

Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Capina manual seletiva: Prática de manejo **PONTUAL** que consiste na remoção/desenraizamento da vegetação herbácea/campestre **EXÓTICA** indesejada, **INCLUSIVE MECÂNICA OU QUÍMICA ???**.

Capina local e seletiva: Prática de manejo pontual que consiste na desvitalização exclusiva, por método mecânico ou químico, da vegetação herbácea/campestre exótica indesejada.

Descapoeiramento: Consiste na execução de corte raso de vegetação nativa sucessora formada, principalmente, por espécies pioneiras com até 3 (três) metros de altura.

Descapoeiramento não pode ser considerado manejo sustentável cujo conceito está definido no Inciso VII do caput do Art. 3º da Lei Federal 12.651/2012 e não consta aqui nessa proposta de Resolução.

É sabido também que em diversas áreas de preservação permanente inseridas no bioma Pampa possuem cobertura vegetal arbórea de matriz florestal e que independentemente de seu porte devem ser enquadradas nos conceitos de áreas de tensão ecológica e ecótonos estabelecidos na Lei da Mata Atlântica e portanto submetidas ao seu regime jurídico observando-se as restrições e permissões de manejo e cujo corte raso em momento algum da lei considera-se manejo sustentável.

Manejo Sustentável: administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços; (Lei Federal 12.651 / 2012)

Espécies exóticas forrageiras: Espécies vegetais, destinadas à alimentação animal, cuja presença em um determinado local é devida à introdução intencional ou acidental, como resultado de atividade humana.

Espécies exóticas invasoras: espécie ou taxa inferior ~~(incluindo em~~ qualquer nível, ~~como gametas, sementes, ovos ou propágulos~~) ocorrente fora da sua área natural de distribuição presente ou pretérita e que, uma vez introduzida, se adapta e se reproduz invadindo os ambientes de espécies nativas, produzindo alterações em processos ecológicos naturais e/ou na composição e/ou riqueza de espécies, tendendo a se tornar dominante, com reflexos negativos também para a economia e para a saúde humana.

Espécies forrageiras naturalizadas: Espécies vegetais, destinadas à alimentação animal, introduzidas em uma determinada região geográfica, que se adaptam às condições locais e estabelecem populações capazes de reproduzirem-se espontaneamente (sem intervenção humana) e sustentem populações por muitas gerações. Frequentemente geram descendentes próximos às plantas adultas.

Gradagem: refere-se à prática de manejo de nivelamento **do solo** efetuada **em geral** após a lavração tendo por objetivo romper blocos **de terra** e promover seu destorroamento ou utilizada como prática direta de revolvimento de solo com uso de implementos agrícolas tais como a grade niveladora.

Lavração: refere-se à prática de manejo onde o solo é revolvido pelo uso de implementos agrícolas tais como o arado, grade aradora, **grade niveladora** entre outros, removendo totalmente a vegetação campestre e arbustiva existente;

Reserva Legal - RL: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12 **da Lei Federal 12.651/2012**, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a

proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

Roçada: Prática de manejo que consiste no corte mecânico ou manual da biomassa aérea **de espécies herbáceas ou lenhosas pioneiras com até 3 metros de altura** para promover a redução **desta da biomassa aérea, sem que ocorra o revolvimento do solo e/ou o desenraizamento total da vegetação do local,** com o objetivo de conservar e/ou condicionar a estrutura da vegetação campestre, podendo também ser utilizada para a obtenção de sementes, reserva de forragem e aproveitamento de biomassa.

Prática de manejo que consiste no corte mecânico ou manual da parte aérea de espécies herbáceas ou lenhosas pioneiras com até 3 metros de altura visando promover a redução da biomassa com o objetivo de conservar e/ou condicionar a estrutura da vegetação campestre, podendo também ser utilizada para a obtenção de sementes, conservação e/ou acondicionamento da vegetação, reserva de forragem ou outro método de aproveitamento de biomassa.

Sobressemeadura: método a lançar ou em linhas por semeadura direta, desde que sem uso de sulcador ou qualquer outro método que promova a remoção da vegetação.

Art. 3º. Serão **passíveis de autorização autorizadas** nas áreas de Reserva Legal os Planos de Manejo que atendam as seguintes diretrizes e condicionantes:

I. É admitida a utilização de herbicidas somente por meio de aplicação local e seletiva como método de controle de espécies exóticas invasoras de ocorrência espontânea, sendo vedado os demais métodos.

Previsão da utilização de herbicidas, como método de controle de espécies exóticas invasoras de ocorrência espontânea, somente quando pelo método de aplicação local e seletivo, sendo vedado os demais métodos que envolvam uso de produtos químicos.

Excepcionalmente, admite-se Que o controle de espécies exóticas invasoras de ocorrência espontânea se dê nas seguintes condições: o uso de herbicidas como método de controle de espécies exóticas invasoras de ocorrência espontânea sempre que:

- a) Seja aplicado de forma local e seletiva;
- b) **Faça uso preferencial da retirada manual, com ajuda de equipamentos de pequeno porte**

Houver insucesso de outras técnicas aplicadas previamente:

- c) **Seja aplicado de forma local e seletiva;**
- d) **Não ofereça risco de efeitos indesejados sobre a riqueza de espécies nativas presentes no local e sobre a presença e abundância de espécies ameaçadas de extinção.**

É **admitida vedada** a utilização de **herbicidas agrotóxicos somente** por meio de aplicação local e seletiva **sendo permitida a retirada manual com ajuda de equipamentos de pequeno porte** como método de controle de espécies exóticas invasoras de ocorrência espontânea, sendo vedados os demais métodos. **De que forma a aplicação de herbicida, mesmo que localizada, pode ser admitida como sendo prática de manejo sustentável? Não há qualquer inclusão dessa prática, seja no conceito legal de manejo sustentável, ou nas previsões de atividades de baixo impacto. A retirada manual ou com instrumentos manuais é que pode ser considerada forma sustentável de controle de espécies exóticas.**

Não cabe à SEMA permitir este método.

II. É vedado qualquer tipo de conversão de uso do solo, tais como lavração, gradagem, drenagem, e outros métodos que promovam o desenraizamento, sendo permitida a capina manual seletiva que promova o desenraizamento de espécies exóticas invasoras.

Impossibilidade de qualquer tipo de conversão de uso do solo, tais como lavração, gradagem, drenagem, e outros métodos que promovam o desenraizamento, sendo permitida apenas capina seletiva de espécies exóticas invasoras.

III. É autorizada a roçada da vegetação como prática de manejo, incluindo o aproveitamento de sua biomassa, para a obtenção de sementes, conservação e/ou condicionamento da vegetação e reserva de forragem, sendo vedada a supressão da vegetação nativa por métodos que gerem sua destruição, o desenraizamento, a dessecação, a desvitalização;

Uso de roçada da vegetação como prática de manejo, incluindo o aproveitamento de sua biomassa, sendo vedada a supressão da vegetação nativa por métodos que gerem sua destruição, o desenraizamento, a dessecação, a desvitalização;

~~É autorizada a roçada da vegetação desde que não configure o corte raso da vegetação nativa como prática de manejo, incluindo o aproveitamento de sua biomassa, para a obtenção de sementes, conservação e/ou condicionamento da vegetação e reserva de forragem, sendo vedada a supressão da vegetação nativa por métodos que gerem sua destruição, o desenraizamento, a dessecação, a desvitalização;~~

IV. É autorizado o descapoeiramento da vegetação nativa sucessora mediante licenciamento nos termos do artigo 10º do Decreto Estadual 52.431/2015 desde que conste no plano de manejo sustentável a ser aprovado.

Previsão do corte seletivo de vegetação arbustiva ou arbórea nativa sucessora desde que:

a) A Reserva Legal tenha sido localizada sobre área de matriz campestre;

b) Que a prática se dê como técnica pontual de manejo, afim de recuperar a fisionomia predominantemente campestre da área em questão;

Poderá ser autorizado o corte seletivo de vegetação arbustiva ou arbórea nativa sucessora desde que:

a) A Reserva Legal tenha sido localizada sobre área de matriz campestre;

b) Seja praticada como técnica pontual de manejo, afim de recuperar a fisionomia predominantemente campestre da área em questão;

e) Quando houver colonização por estandes monoespecíficos de espécies arbustivas ou arbóreas.

~~É autorizado o descapoeiramento da vegetação nativa sucessora mediante licenciamento nos termos do artigo 10º do Decreto Estadual 52.431/2015 desde que conste no plano de manejo sustentável a ser aprovado. **Reforça-se a ideia de que descapoeiramento não é prática de manejo sustentável de vegetação nativa.**~~

V. O manejo a ser adotado deve garantir a manutenção e a conservação de espécies vegetais **nativas** ameaçadas e/ou imunes ao corte constantes em listas oficiais da flora ameaçada de extinção ou outros instrumentos legais.

~~O manejo a ser adotado deve garantir a manutenção e a conservação de espécies vegetais nativas, ameaçadas e/ou imunes ao corte constantes em listas oficiais da flora ameaçada de extinção ou outros instrumentos legais.~~

VI. É permitida a utilização de espécies forrageiras nativas e/ou naturalizadas do Bioma Pampa pelo método de sobressemeadura;

Uso de espécies forrageiras nativas e/ou naturalizadas do Bioma Pampa com introdução somente pelo método de sobressemeadura;

VII. A introdução de espécies exóticas forrageiras somente está autorizada pelo método de sobressemeadura, **das seguintes espécies: aveias (*Avena spp.*), azevéns (*Lolium spp.*), trevos (*Trifolium spp.*), e cornichão (*Lotus spp.*)** O uso de outras espécies **deverá ser descrito no Plano de Manejo Sustentável e submetido à análise.**

restringindo-se ao uso das espécies forrageiras autorizadas pelo órgão ambiental competente.

Introdução de espécies exóticas forrageiras somente pelo método de sementeira, restringindo-se esta ao uso das espécies forrageiras autorizadas pelo órgão ambiental competente.

Avaliar as espécies pois as mesmas poderão se tornar invasoras.

VIII. É vedada a introdução de qualquer espécie exótica invasora constante em lista oficial.

Vedada a introdução de qualquer espécie exótica invasora constante em lista oficial.

IX. É permitida a fertilização e/ou irrigação desde que respeitadas as disposições dos incisos anteriores, bem como a legislação vigente.

Uso de fertilização e/ou irrigação limitado às disposições dos incisos anteriores, bem como a legislação vigente.

É permitida a fertilização e/ou irrigação desde que respeitadas as disposições dos incisos anteriores, bem como a legislação vigente, **mediante prévia aprovação do Plano de Manejo Sustentável.**

§ 1º. Cabe à Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA/RS estabelecer em ato próprio os procedimentos necessários à análise e aprovação dos Planos de Manejo Sustentável em áreas de Reserva Legal dos imóveis rurais localizados no Bioma Pampa.

§ 2º. A Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA/RS, no intuito de permitir a padronização da análise e autorização de sua competência, deverá ofertar aos proprietários e possuidores rurais de imóveis localizados no Bioma Pampa, Planos de Manejo Sustentável pré-concebidos dentro de parâmetros aceitáveis tecnicamente.

§ 3º. É facultado aos proprietários ou possuidores de imóveis rurais referidos no parágrafo segundo deste artigo a opção de aderir aos Planos de Manejo Sustentável pré-concebidos ou sugerir outra proposta de manejo que melhor lhe convir.

§ 3º. É facultado aos proprietários ou possuidores de imóveis rurais referidos no parágrafo segundo deste artigo a opção de aderir aos Planos de Manejo Sustentável pré-concebidos ou sugerir outra proposta de manejo que melhor lhe convir, **o qual deverá ser previamente aprovado pela SEMA .**

Art. 4º. Nas Áreas de Preservação Permanente, excluídas aquelas autorizadas à continuidade de atividades agrossilvipastoris de que tratam as disposições transitórias da Lei 12.651/2012, fica autorizada a atividade pecuária que atenda as seguintes diretrizes e condicionantes:

I. É admitida a utilização de herbicidas somente por meio de aplicação local e seletiva como método de controle de espécies exóticas invasoras de ocorrência espontânea, sendo vedado os demais métodos.

~~É admitida vedada a utilização de herbicidas agrotóxicos somente por meio de aplicação local e seletiva sendo~~ **É permitida a retirada manual com ajuda de equipamentos de pequeno porte** como método de controle de espécies exóticas invasoras de ocorrência espontânea, sendo vedados os demais métodos. **Também se sugere suprimir essa palavra do texto por não ser possível considerar aplicação de herbicidas como prática sustentável, principalmente em áreas especialmente protegidas.**

Retirar as referências à utilização de agrotóxicos.

II. É vedado qualquer tipo de conversão de uso do solo, tais como lavração, gradagem, drenagem, e outros métodos que promovam o desenraizamento, sendo permitida a capina manual seletiva que promova o desenraizamento de espécies exóticas invasoras.

III. É autorizada a roçada da vegetação como prática de manejo, sendo vedada a supressão da vegetação nativa por métodos que gerem sua destruição, o desenraizamento, a dessecação, a desvitalização;

É autorizada a roçada da vegetação como prática de manejo, desde que não configure o corte raso da vegetação nativa, sendo vedada a supressão da vegetação nativa por métodos que gerem sua destruição, o desenraizamento, a dessecação, a desvitalização;

IV. É permitido, mediante autorização do órgão ambiental competente, o descapoeiramento da vegetação nativa sucessora.

É permitido, mediante autorização do órgão ambiental competente, o descapoeiramento da vegetação nativa sucessora. Sugere-se retirar do texto esse conceito, pois descapoeiramento não é manejo sustentável uma vez que o corte raso descaracteriza as APPs e as RLs, prática não permitida na Lei 12.651/2012, cujas diretrizes estão previstas nos Arts. 7, 8 e 9 e no Art. 22 respectivamente. De acordo como já antes referido na RL.

V. As práticas a serem adotadas devem garantir a manutenção e a conservação de espécies vegetais ameaçadas e/ou imunes ao corte constantes em listas oficiais da flora ameaçada de extinção ou outros instrumentos legais.

As práticas a serem adotadas devem garantir a manutenção e a conservação de espécies vegetais nativas, ameaçadas e/ou imunes ao corte constantes em listas oficiais da flora ameaçada de extinção ou outros instrumentos legais

VI. É permitida a utilização de espécies forrageiras nativas e/ou naturalizadas do Bioma Pampa pelo método de sobressemeadura.

VII. É vedada a introdução de qualquer espécie exótica invasora constante em lista oficial.

VIII. Não é permitida a fertilização e/ou irrigação.

Parágrafo único: Somente serão admitidas as práticas nas áreas de preservação permanente a que se referem o caput deste artigo quando não houver outra(s) área(s) na propriedade passíveis de uso pastoril.

Art. 5º. A atividade pastoril quando realizada dentro dos critérios estabelecidos no art. 4º em Áreas de Preservação Permanente é considerada como atividade de baixo impacto ambiental para fins do que dispõe a lei federal 12.651/2012.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.